

# Secretaría General



**ALADI**

Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

ALADI/SEC/di 531  
2 de setembro de 1993

AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO:  
REFLEXÕES E PROPOSTAS

**NOTA:**

- Documento elaborado pela Secretaria Permanente do SELA

## CONTEÚDO

### I. INTRODUÇÃO

### II. ESTRATÉGIA MUNDIAL DE CRESCIMENTO: ALGUMAS SUGESTÕES

#### A. COMÉRCIO INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento
3. Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana

#### B. MOEDA E FINANÇAS

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento
  - a) Taxas de Câmbio e fluxos de Comércio
  - b) Transferência Líquida de Recursos e Financiamento Privado
  - c) Facilidades, Serviços e Políticas de Empréstimos dos Organismos Financeiros Multilaterais
  - d) A Dívida Externa e o Desenvolvimento
  - e) Representação nas Instituições de Bretton Woods
3. Iniciativas de cooperação Ibero-Americana
  - a) Presidência do Comitê de Desenvolvimento
  - b) Seminário ibero-americano sobre promoção de investimentos
  - c) Cooperação para ações em casos de desastres naturais

#### C. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E GOVERNABILIDADE

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento e cooperação ibero-americana

#### D. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento
3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

#### E. TECNOLOGIA E COMPETITIVIDADE

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento
3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

#### F. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

1. Considerações Gerais
2. Agenda para o Desenvolvimento
3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

## I. INTRODUÇÃO

No cenário internacional estão se desenvolvendo processos de reestruturação de diversas e complexas dimensões, os quais reclamam o estabelecimento de consensos que possam privilegiar, nas mais variadas facetas, a conquista do desenvolvimento eqüitativo a nível mundial.

A confrontação ideológica da guerra fria, provavelmente será substituída pela intensificação da competição entre diversas versões de economias capitalistas, cada uma das quais tratará de configurar áreas de influência e zonas de comércio privilegiado.

A última década se caracterizou pela interdependência econômica e pela globalização cada vez maior dos mercados, mediante a rápida aceleração das correntes comerciais e do investimento, do descobrimento e da difusão de novas tecnologias, do crescimento explosivo dos mercados de capitais e da integração dos mercados financeiros.

A revolução tecnológica modificou as potencialidades nacionais de crescimento e de desenvolvimento, assim como as condições de participação dos países na divisão internacional do trabalho.

O que parece constituir a principal diferença entre os países e sua capacidade desigual de gerar poupança e transformá-la em investimento produtivo, assim como os esforços substancialmente distintos, em relação à capacitação dos recursos humanos.

Na Primeira Cúpula Ibero-Americana, os países ali reunidos, destacaram que "a continuidade da atual situação pode fazer com que se substitua o

bipolarismo ideológico por uma divisão entre o Norte, rico em capitais e tecnologia, e o Sul, pobre e sem perspectivas. Para superar o problema e necessário, por um lado, desenvolver formas efetivas de reciprocidade e solidariedade; e por outro, fundamentá-las em uma proposta ética, guiada pela justiça social e pela liberdade e que impulse, com novos esquemas, uma verdadeira cooperação entre os países do mundo"<sup>1</sup>.

Igualmente, demonstraram nessa oportunidade, que, "no final do século XX se configura o surgimento de um novo esquema de organização das relações internacionais. No entanto, seus traços fundamentais estão ainda por delinear-se; não podemos esperar a mudança passivamente, devemos atuar para conformá-lo, temos interesses genuínos que devem ser reafirmados e impulsionados."<sup>2</sup>

É preciso que, entre a expansão da economia de mercado e a conseguinte globalização da economia internacional, por um lado, e a focalização nos temas concernentes à paz e à segurança, por outro, a comunidade mundial não prescindia da prioridade que devem manter aos problemas do desenvolvimento dentro da chamada "nova ordem mundial". O subdesenvolvimento, e suas seqüelas de pobreza e marginalidade que vêm se tomando agudas em nossos países, não poderão ser resolvidos unicamente pelas forças do mercado e das novas políticas de ajuste e de reestruturação econômica que vêm se aplicando, pois para superá-los se requer, adicionalmente, de um ambiente internacional que contribua à solução integral dos problemas de desenvolvimento.

Dentro do espírito anterior, a Segunda Cúpula Ibero-Americana, celebrada em Madri, pontualizou que, "A Conferência reconhece que o desenvolvimento econômico e social é um dos objetivos prioritários que devem estar presente, como preocupação central, na agenda de todos os foros internacionais, em especial da Organização das Nações Unidas e nos planos e medidas de sua reforma e revitalização."<sup>3</sup>

Como é conhecido, um dos documentos que maior interesse despertou durante o anterior período de sessões da Assembleia Geral, foi o Relatório do Secretário Geral, intitulado "Uma Agenda para a Paz", no qual são apresentadas uma série de propostas e medidas para tornar mais efetiva a tarefa da ONU em matéria de manutenção da paz e da segurança internacionais.

Apoiando-se na Carta das Nações Unidas, a cooperação internacional para o desenvolvimento, recebe um tratamento não menos importante que o da paz e da segurança e no fato de que o Secretário Geral, no seu Relatório Anual sobre a tarefa da Organização, sugeriu a possibilidade de proceder com uma agenda similar em matéria de desenvolvimento; os países do Grupo dos 77, baseados em uma iniciativa do Governo do Brasil, apresentaram à Assembleia Geral um Projeto de Resolução. Após as consabidas negociações, em 22 de dezembro passado, a Assembleia adotou por consenso o texto cujo parágrafo dispositivo é transcrito, a seguir:

**"É pedido ao Secretário Geral que apresente em seu 48o. Período de Sessões, em consulta com os Estados Membros, um relatório sobre uma agenda para o desenvolvimento, considerando plenamente os objetivos e acordos que a Assembleia Geral tenha aprovado em matéria de desenvolvimento, que contenha uma análise e**

**recomendações sobre as formas de realçar o papel das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento, dentro do âmbito e das disposições da Carta das Nações Unidas e dos convênios constitutivos das instituições de Bretton Woods, incluída, entre outras, uma lista anotada de temas e áreas substantivas que as Nações Unidas deverão abordar nessa agenda, assim como seus pontos de vista sobre as prioridades a respeito, para a consideração dos Estados Membros."** Resolução 47/181.

Considerando tais antecedentes, assim como o fato de que o tema central da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, será o de analisar e discutir uma agenda para o desenvolvimento, a Secretaria Permanente do SELA se permite contribuir para tal debate, com o presente documento. Cabe destacar, que o mesmo se caracteriza por:

- Mostrar algumas reflexões e iniciativas preliminares, com o objetivo de contribuir ao processo de identificação de áreas de convergência, e sobretudo, de prioridades a ser incluídas na Agenda para o Desenvolvimento.

- O documento não aborda as questões institucionais, especialmente aquelas que devessem vincular as tarefas da reestruturação do Sistema das Nações Unidas e as de organizações como as de Bretton Woods.

- O objetivo central que se encontra em cada uma das propostas, e o de contribuir ao início de um amplo diálogo internacional, que esteja baseado em uma associação solidária para o desenvolvimento. Igualmente, pretende-se estimular ações a nível da cooperação ibero-americana que possam dar exemplo

e contribuir à conquista dos necessários consensos, que a nível mundial precisam ser alcançados.

## II. ESTRATÉGIA MUNDIAL DE CRESCIMENTO: ALGUMAS SUGESTÕES

No atual contexto, a economia mundial encontra duas condicionantes fundamentais para uma fase sustentada de crescimento. Em primeiro lugar, o mundo se enfrenta a um novo paradigma tecnológico, que tem como eixo básico a microeletrônica e o desenvolvimento de novos materiais. A consolidação e a generalização deste paradigma a nível da estrutura produtiva deve gerar um impulso significativo e prolongado dos investimentos produtivos, que, por seu efeito de aceleração, transformam-se em uma base sólida de um ciclo expansivo. Em segundo lugar, a dinâmica financeira que se desenvolveu ao longo dos anos 80 nos principais países industrializados e nos mercados internacionais demonstra uma grande mobilidade do capital e da capacidade de adaptação frente às necessidades dos demandantes de recursos. Neste sentido, as condições de financiamento para o investimento também parecem favoráveis e não se vislumbram restrições do lado financeiro.

No entanto, o elevado potencial de realização da nova fase de crescimento econômico sustentado vem acompanhado de um grande risco: a ampliação das desigualdades econômicas e sociais. Desde meados da década de 70 e principalmente a partir da recessão no início dos anos 80, com a crise de endividamento e dos processos de ajuste e de reestruturação produtiva, as desigualdades aumentaram, não apenas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento, mas também no interior dos países. Isto se reflete na intensa quebra e na fusão de

empresas, na concentração das receitas, nas dificuldades de manter as estruturas dos Estados de bem estar social e no aumento dos níveis de desemprego estrutural e da pobreza urbana. A consolidação do novo paradigma pode aprofundar esta tendência negativa.

Primeiro, a disponibilidade e o acesso dos diversos países e agentes econômicos aos fatores básicos para participar ativamente do novo padrão de crescimento - tecnologia, capital humano, recursos financeiros e mercados - são muito diferenciados. Considerando que a dinâmica de instauração do novo paradigma é um processo acumulativo, esta nova fase de crescimento da economia mundial pode revelar-se ainda mais excludente que o padrão de crescimento anterior.

Em segundo lugar, o processo de reestruturação produtiva baseado na microeletrônica tenderá a agravar o problema do desemprego estrutural. Na medida em que os governos não encontrem soluções globais para esta questão, as pressões protecionistas tenderão a aumentar e, conseqüentemente, terão sérios problemas no comércio internacional.

Finalmente, a dinâmica financeira que se desenvolveu, em um contexto de maior instabilidade de taxas de juros e de câmbio, traz consigo um forte movimento de arbitragem e, simultaneamente uma maior seletividade dos agentes a ser financiados. Desta forma, por um lado, aumenta o risco financeiro sistemático devido aos intensos movimentos de arbitragem com preços de ativos, trazendo novos desafios à regulação do sistema por parte das autoridades monetárias. Por outro lado, as instituições financeiras privadas se tornaram mais seletivas, fazendo com que importantes agentes/setores que requerem recursos para

adaptar-se ao novo contexto não os consigam, ou os obtenham a elevados custos, gerando problemas no seu processo de ajuste.

Em função destas dificuldades, que mostram um elevado risco de ampliação das desigualdades intra e inter-países, a consolidação da estratégia de crescimento econômico mundial supõe um esforço redobrado das autoridades governamentais no esboço de políticas, na sua negociação nos foros multilaterais e regionais e na sua coordenação e implementação.

É com este propósito que se elaboram algumas sugestões específicas nas seguintes áreas: comércio internacional; moeda e finanças; desenvolvimento social, participação e governabilidade; população; tecnologia e competitividade e meio ambiente e desenvolvimento.

## A. COMÉRCIO INTERNACIONAL

### 1. Considerações gerais

No Documento de Conclusões da passada II Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governos, menciona-se em seu parágrafo 15, "A Conferência destaca a necessidade de que a Rodada Uruguai conclua de maneira rápida e satisfatória, respeitando a Declaração de Punta del Este que a lançou, especialmente pelo que se refere ao tratamento diferencial por países segundo seu grau de desenvolvimento. Neste sentido, recomendamos a continuação do processo negociador com o objetivo de conquistar resultados globalmente equilibrados, que estejam acompanhados da liberalização do comércio internacional da abertura dos mercados. Uma

**Rodada Uruguai concluída com êxito constituirá uma contribuição significativa ao relançamento da economia mundial e proporcionará novas oportunidades para o fortalecimento econômico dos países em desenvolvimento".**

Após esse amplo "impasse" registrado desde a apresentação em 20 de dezembro de 1991, do chamado documento Dunkel, (Projeto de Ata Final em que se incorporam os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais) e motivado, principalmente, pela espera de decisões políticas nos Estados Unidos e em outros países membros do chamado Grupo dos Sete, parece vislumbrar-se agora o final da Rodada Uruguai.

De fato, como primeiro passo nesse sentido, podemos situar o chamado Compromisso de Blair House, assim como também as múltiplas tentativas setoriais e inumeráveis reuniões de datas recentes, que protagonizaram especialmente os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão. Igualmente, a prorrogação da faculdade de negociar em forma especial a fase final da Rodada Uruguai, (fast track)<sup>4</sup> solicitada pelo Presidente Clinton ao Congresso norte-americano em 9 de abril passado e que tem em 15 de dezembro de 1993, como data explícita de finalização da Rodada, são indicadores que asseguram, pelo menos, uma especial atenção nas atuais negociações multilaterais.

Ademais, é de conhecimento notório que as ações anteriores estão encaminhadas ao esboço e conformação do pacote sobre a reativação da economia mundial, que será apresentado na próxima Cúpula de Chefes de Estado do Grupo dos Sete, a celebrar-se de 7 a 9 de julho, em Tóquio, Japão.

Tal pacote, do mesmo modo que em todas as oportunidades em que se iniciam ou estão por

culminar rodadas de negociações comerciais multilaterais, contém como característica principal, compromissos em matéria de tipos de câmbio e de coordenação de políticas, que impeçam erosionar os acordos que se consigam em matéria de comércio. Este é um tema como se destaca, recorrente entre os países industrializados e ao que infelizmente pouca atenção prestaram nossos países.

Mais que isso, foram escassos os avanços conquistados no cumprimento dos objetivos e compromissos contemplados na Declaração Ministerial sobre a Rodada Uruguai<sup>5</sup>, em especial os relacionados com a conquista de uma maior coerência na formulação da política econômica em escala mundial, através do fortalecimento da relação do GATT com as organizações internacionais competentes em questões monetárias e financeiras.

Frente à urgente necessidade de avaliar, tanto a situação em torno da Rodada Uruguai, como especialmente, as tarefas de caráter técnico que deverão ser apresentadas na etapa final das negociações, a Secretaria Permanente do SELA, convocou, com o apoio dos seus Estados Membros, à VI Reunião de Consulta, prevista para celebrar-se em 12 de julho do corrente ano, em Genebra, Suíça. A celebração em 12 de julho da mencionada reunião, permitirá conhecer os resultados da Cúpula de Tóquio (7 a 9 de julho) e transmitir à III Conferência Ibero-Americana, os comentários pertinentes.

## 2. Agenda para o Desenvolvimento

Torna-se difícil neste momento, precisar quais seriam os temas específicos em matéria de comércio internacional, que pudessem ser incluídos na Agenda para o Desenvolvimento, em razão de não estar concluída a Rodada e, portanto, não se contar com

uma avaliação precisa dos seus resultados. Não resta dúvidas que a avaliação técnico-política que se efetue do pacote final da Rodada, -ou de um menos provável inconcluso final- oferecerá suficientes elementos para estabelecer melhor nossas prioridades. No entanto, neste momento, poder-se-iam adiantar algumas sugestões, que independentemente da conclusão positiva ou negativa da Rodada, seriam temas de interesse para a comunidade internacional.

As questões institucionais do comércio internacional, seja qual for o resultado das atuais negociações comerciais multilaterais, será tema obrigatório e de interesse especial. Desta forma, com uma nova organização do comércio, ou sem ela, o futuro programa de trabalho de qualquer tipo de instituição, deve ser parte integrante da Agenda para o Desenvolvimento.

Temas que não puderam ser incluídos na Agenda da Rodada Uruguai, como o do Comércio e Meio Ambiente e o relativo à Competição, são igualmente prioridades que reúnem o consenso a nível internacional.

Nesse sentido, e como se mencionou anteriormente, o tema da vinculação entre os assuntos monetários, financeiros e comerciais, que seguramente não serão devidamente contemplados na Rodada Uruguai, devem estar presentes em qualquer Agenda para o Desenvolvimento.

Seria muito desejável, que formando parte da Agenda para o Desenvolvimento, o futuro programa de trabalho em matéria de comércio internacional, fosse examinado ao mesmo tempo com o da revisão dos principais assuntos que competem às instituições de Bretton Woods, conforme se propõe no item correspondente do presente documento.

Um exercício vinculado de negociação nestas matérias, que permita não apenas conciliar os interesses dos países industrializados, como também o de toda a comunidade internacional, seria um sinal evidente de progresso rumo a uma estratégia efetiva de desenvolvimento compartilhado.

Dentro da Agenda, será fundamental incluir o tema da problemática geral e particular dos produtos básicos. Por diversas circunstâncias, a comunidade internacional não conseguiu atender nem de forma integral, nem de modo particular, os principais problemas que afrontam esses produtos.

### 3. Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana

Da data de hoje, até o final da Rodada Uruguai, serão necessárias diversas tarefas técnicas, não apenas para avaliar permanentemente as negociações dos diferentes Grupos de Trabalho do Comitê de Negociações Comerciais, como também para efetuar, de forma regular, reuniões que permitam examinar o rumo geral das negociações.

Considerando os diversos pronunciamentos que em torno à Rodada Uruguai efetuaram os Chefes de Estado e de Governo dos países que participam na Conferência, essas avaliações poderiam adicionalmente, concentrar-se nos seguintes pontos:

- Na análise profunda dos compromissos que estão sendo efetuados no setor agrícola, principalmente entre os Estados Unidos, a Comunidade Européia, o Japão e o Canadá; e especialmente os efeitos que os mesmos poderiam ter tanto no objetivo geral de liberalização, como no caso particular do acesso dos produtos de exportação de nossos países.

- No cumprimento da Declaração de Punta del Este "especialmente no que se refere ao tratamento diferencial por países segundo seu grau de desenvolvimento"<sup>6</sup>.

- Na análise do avanço efetivo, em torno da liberalização dos produtos tropicais, especialmente no caso da banana.

- Estabelecer uma estratégia política, que faça valer nesta etapa da Rodada Uruguai, a contribuição líquida que a América Latina tem dado: na liberalização do comércio mundial; nos compromissos estabelecidos na Declaração de Punta del Este e nos objetivos, postulados e obrigações que destaca o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Dentro desta estratégia, deve se conseguir, entre outras coisas, que a América Latina ocupe no Secretariado do GATT, um cargo na alta direção.

Ademais, nossos países têm o aval de contar com a presidência do Comitê de Negociações Comerciais na pessoa do Chanceler do Uruguai, Dr. Sergio Abreu. Isso certamente contribuirá para o esboço e a execução da estratégia proposta, assim como dar fluidez aos contatos que no mais alto nível exige e requer esta última etapa da Rodada Uruguai.

Finalmente, não deve ser esquecido dentro das tarefas futuras, o oferecimento feito pelo Presidente Bush ao anunciar a Iniciativa para as Américas de que "ao iniciar-se nos últimos meses da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, comprometo-me a estabelecer uma estreita colaboração com as nações deste Hemisfério", destacando posteriormente que "para manifestar junto aos nossos vizinhos da América Latina e do Caribe

nossa decisão de alcançar essa meta, (conseguir, na Rodada Uruguai um comércio livre e eqüitativo) procuraremos conseguir reduções tarifárias mais drásticas nesta Rodada, na esfera do comércio de produtos que revestem especial interesse para os mesmos". (Comentários do Senhor Presidente George Bush sobre a alocução referente à Iniciativa para as Américas, 27 de junho de 1990).

## B. MOEDA E FINANÇAS

### 1. Considerações Gerais

Em 1944, quando foram criadas as instituições de Bretton Woods, o mundo se caracterizava por condições radicalmente distintas à situação que se aprecia na atualidade. Embora tanto o Fundo Monetário Internacional como o Banco Mundial, gradualmente foram modificando suas políticas e procedimentos operativos para se ajustarem a um contexto internacional cada vez mais complexo e em constante transformação, assim como para enfrentar as necessidades e condições alternantes dos países em desenvolvimento, é preciso revisar seu funcionamento e operação atual, com o propósito de reforçar seu papel como entidades promotoras do crescimento econômico estável e do desenvolvimento.

No âmbito da comemoração dos 50 anos de existência do Fundo Monetário e do Banco Mundial, seria conveniente efetuar uma análise profunda do papel que deveriam cumprir no futuro tais instituições, considerando as mudanças sofridas no âmbito internacional, tais como a criação de um grande número de novos Estados, o fim da guerra fria, as transformações ocorridas na Europa Oriental, o surgimento de novos centros de poder econômico e

político, e a difícil situação dos países em desenvolvimento.

O papel futuro dessas instituições multilaterais deve estar dirigido à criação de condições adequadas para atender as necessidades de financiamento cada vez maiores dos países em desenvolvimento. A suficiência de recursos e uma nova projeção do FMI e do Banco Mundial deve facilitar as reformas estruturais e abarcar as necessidades de investimento, e dar ênfase ao financiamento de programas de desenvolvimento social.

Em anos recentes foram formuladas diversas iniciativas por parte dos países em desenvolvimento para reorientar o tratamento dos assuntos monetários e financeiros na agenda internacional e revitalizar o debate sobre os temas prioritários para esses países.

Entre outras importantes iniciativas na matéria, cabe lembrar que em 1979 o Grupo dos 24 (Grupo Intergovernamental de países em desenvolvimento para Assuntos Monetários Internacionais) preparou o "Esboço para um Programa de Ação para a Reforma Monetária Internacional" (Blue Book), aprovado na única reunião de Ministros das Finanças do Grupo dos 77 realizada desde a sua criação. Tal esboço foi revisado três anos depois para sua atualização, transformando-se em 1983 no "Green Book". Outras importantes propostas foram efetuadas por parte dos países em desenvolvimento, embora não fosse possível sua materialização. Neste sentido, em 1979, o Grupo dos 77 propôs a convocação de uma Conferência das Nações Unidas sobre questões monetárias e financeiras internacionais. Em 1982 se propôs -também por parte dos países em desenvolvimento- a celebração de uma Conferência no âmbito das Nações Unidas sobre Dívida e

Desenvolvimento Internacional e, posteriormente, o Secretário das Nações Unidas propôs em 1971 a conveniência de realizar uma Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento.

Não há dúvidas que as diversas propostas expostas pelos países em desenvolvimento nos últimos anos, continuam mantendo vigência. O "Blue Book" destacou em sua oportunidade a necessidade de um ajuste simétrico; um regime de câmbios flexível, porém estável; uma adequada vigilância do FMI sobre os países deficitários e superavitários, com uma distribuição da carga de ajuste entre eles que permitam preservar altos níveis de crescimento econômico; a adequação e suficiência no nível mundial de quotas do FMI; a criação coletiva de liquidez internacional, constituindo o Direito Especial de Movimento como principal ativo de reserva do sistema; o vínculo entre o DEG e a ajuda especial ao desenvolvimento; e, um maior papel por parte dos países em desenvolvimento no processo de tomadas de decisões no sistema monetário e financeiro mundial.

As perturbações dos mercados financeiros internacionais, os níveis das taxas de juros em vários países industrializados e a incerteza em relação ao final da Rodada Uruguaí, afetam o crescimento econômico e estimulam o pessimismo em relação à evolução da economia internacional. Tudo isso tem obrigado o chamado Grupo dos 7 a iniciar o estabelecimento de compromissos para o seu interior, com o propósito de orientar ações tendentes a restabelecer o crescimento econômico mundial.

O interior é sem dúvida importante, mas não suficiente para estimular as perspectivas de desenvolvimento da comunidade mundial e em particular a dos países em

desenvolvimento. O problema crucial para estes últimos, a curto e médio prazo, consistirá na dificuldade de enfrentar um contexto internacional adverso e contar com o adequado financiamento externo que complemente o esforço doméstico.

É necessário que os países participantes na III Cúpula Ibero-Americana, percebam que as perspectivas reais existem se contarem com financiamento externo para o desenvolvimento nos próximos anos e definam quais poderiam ser as ações da comunidade para tomar viáveis essas previsões.

## 2. Agenda para o Desenvolvimento

Exposto o anterior, requer-se a atenção, debate e elaboração de um compromisso a nível multilateral que pudesse incluir, ademais das propostas destacadas pelo Grupo dos 24, que continuam ainda vigentes, entre outras, as seguintes questões:

### a) Taxas de câmbio e fluxos de comércio

A restituição de um padrão monetário internacional e a estabilização entre as moedas se tornou uma meta fundamental devido o profundo efeito perturbador que as oscilações das taxas de câmbio exercem sobre os fluxos de comércio e de capital a longo prazo. Neste sentido, sugere-se que os governos dos principais países industrializados aumentem seus esforços para alcançar taxas de câmbio mais estáveis entre as moedas de maior circulação internacional. Igualmente, é imperioso que sejam reforçadas, ampliadas e aperfeiçoadas as linhas e os mecanismos oficiais de crédito compensatório com o objetivo de estabilizar as moedas de países em desenvolvimento, para evitar movimentos indesejáveis de valorização e desvalorização de suas moedas que perturbem a gestão de suas políticas macroeconômicas.

#### b) Transferência líquida de recursos e Financiamento Privado

É necessário estruturar um âmbito internacional que permita contar com recursos suficientes, previstos e crescentes para sustentar a manutenção futura do desenvolvimento econômico e social. Em 1 de maio passado e como resultado da II Cúpula Ibero-Americana (parágrafo 16 do Documento de Conclusões) se apresentou ao Comitê de Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, um documento da Secretaria Permanente do SELA, intitulado "Novas Modalidades de Financiamento Externo para a América Latina e para o Caribe"<sup>7</sup>, que poderia contribuir ao esboço de compromissos na matéria. O referido documento contém diversas iniciativas em matéria de: investimento estrangeiro direto; privatizações; investimento estrangeiro de carteira; financiamento de organismos especializados; Fundo Multilateral de Investimentos do BID; financiamento de longo prazo dos bancos comerciais; o mercado de bônus; créditos ao comércio exterior e financiamento ao desenvolvimento social.

No Comunicado do Comitê de Desenvolvimento, foram incorporadas diversas propostas do documento da Secretaria Permanente do SELA, as que continuarão sendo analisadas na sua próxima reunião, a celebrar-se em 27 de setembro de 1993.

#### c) Facilidades, Serviços e Políticas de Empréstimo dos Organismos Financeiros Multilaterais

No interesse geral, e ante às crescentes demandas de amplo volume internacional de recursos, seria oportuno efetuar de maneira prudente, uma revisão dos diferentes mecanismos e apoios que proporcionam as instituições de Bretton Woods.

#### d) A Dívida Externa e o Desenvolvimento

Um eventual ciclo de crescimento econômico mundial, encontraria alguns setores e países em um nível de sobre-endividamento. Em virtude disso, deveria estabelecer-se uma política coordenada, que baseada no outorgamento de diversos apoios, permita melhorar as condições para retomar o crescimento.

#### e) Representação nas instituições de Bretton Woods

A fim de manter o caráter multilateral das instituições de Bretton Woods, e considerando a incorporação de novos países membros, toma-se indispensável estabelecer ajustes que permitam aumentar o número de votos dos países em desenvolvimento, e ampliar sua representação geográfica nos Conselhos Diretivos Executivos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

### 3. Iniciativas de Cooperação Ibero-Americana

Com o objetivo de analisar as sugestões anteriores, assim como outras tarefas prioritárias relacionadas, seria pertinente que:

Os países participantes na III Confêrência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo dispusessem "que os Ministros da Economia e Finanças, preparem, com a participação da Secretaria Permanente do SELA, uma Proposta Ibero-Americana sobre a projeção futura dos organismos monetários e financeiros de Bretton Woods, a qual poderia apresentar-se, considerando a comemoração dos 50 anos de sua criação, nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que serão celebradas em setembro de 1994. Este exercício deverá considerar a necessidade que enfrenta a

comunidade internacional de avançar para o estabelecimento de um sistema econômico internacional mais eqüitativo e eficiente que permita impulsionar um crescimento sustentado da economia mundial".

a) Presidência do Comitê de Desenvolvimento

O Comitê de Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, constitui, segundo seus próprios objetivos, o foro adequado para avançar nas diferentes tarefas e compromissos em favor da transferência de recursos reais para os países em desenvolvimento.

Após uma dinâmica e positiva tarefa à frente da Presidência do Comitê de Desenvolvimento, o Dr. Ricardo Hausmann, Ministro-de-Estado, Chefe da "Oficina Central de Coordinación y Planificación de la Presidencia de la República de Venezuela" (CORDIPLAN), renunciou ao cargo de Presidente do mencionado Comitê. Dado que o período de vigência de seu mandato termina em setembro de 1994, sugere-se que os países participantes na Conferência se pronunciem em favor da nomeação de algum representante da região, a fim de não perder a posição de referência e, sobretudo, dar continuidade aos trabalhos e compromissos assumidos.

b) Seminário Ibero-Americano sobre Promoção de Investimentos

No documento do SELA intitulado "A cooperação ibero-americana no contexto econômico internacional", apresentado na II Cúpula Ibero-Americana de Madri, a Secretaria Permanente sugeriu "convocar a realização de um Seminário Ibero-Americano para a Promoção de Investimentos, com a participação de

empresários, entidades de financiamento públicas e privadas e instituições financeiras internacionais, regionais e sub-regionais, no segundo semestre de 1992, o que constituiria uma oportunidade singular para gerar projetos e atividades econômicas de benefício compartilhado para a comunidade ibero-americana.

Esta iniciativa foi considerada no Documento de Conclusões da II Cúpula Ibero-Americana, cujo parágrafo 34 destaca que a Conferência "tomou nota dos resultados da reunião que celebraram em Madri, de 20 a 24 de julho, os Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas, estimulando-lhes a continuar seus encontros e a orientá-los ao estímulo dos investimentos na América Latina". Dentro desta linha, a Secretaria Permanente vem desenvolvendo gestões que atualmente se encontram bastante adiantadas; assim por exemplo, ademais de iniciar-se os contatos com empresários espanhóis e portugueses (das distintas regiões), foram identificadas e acordadas ações conjuntas de preparação do mesmo, com as autoridades correspondentes. O Seminário se celebraria no primeiro bimestre de 1994.

Com base no exposto anteriormente, a Conferência poderia destacar que:

"Os países que participam na Conferência reiteraram a importância de dinamizar os contatos que promovam o investimento na América Latina e neste sentido, expressaram sua satisfação pelos avanços conseguidos para realizar o "Seminário Ibero-Americano para a Promoção de Investimentos", que se celebrará durante o primeiro bimestre de 1994 sob a coordenação da Secretaria Permanente do SELA".

### c) Cooperação para ações em casos de desastres naturais

Infelizmente vários países da região foram vítimas de desastres naturais que ocasionaram perdas de vidas humanas e quantiosos danos materiais. Seria conveniente recordar que a nível dos países membros da ALADI, dentro do chamado Acordo de Santo Domingo, existe uma disposição denominada Terceiro Mecanismo, a qual procura apoio de caráter financeiro para aliviar situações de falta de liquidez derivadas de desastres naturais. No entanto, este mecanismo não vem tendo atividade há tempo atrás, dada a crise financeira dos anos anteriores. Dentro deste espírito, valeria a pena estudar a possibilidade de estabelecer um instrumento de cooperação, mais amplo, o qual, não somente integre um renovado Terceiro Mecanismo do Acordo de Santo Domingo, e nele, a totalidade dos países que participam na Conferência, mas que também contemple novas alternativas de assistência mútua em casos de emergência. Para esboçar o respectivo esquema, a Conferência poderia recomendar a realização de um estudo preliminar, cuja elaboração estaria a cargo da Secretaria Permanente do SELA, com as contribuições dos diversos organismos regionais e sub-regionais envolvidos.

## C. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E GOVERNABILIDADE

### 1. Considerações Gerais

O aumento da pobreza e da marginalidade a nível mundial coloca em dúvida a viabilidade de um sistema de paz e segurança internacional, a menos que se adotem medidas efetivas para promover o desenvolvimento social. Neste sentido, possui particular importância a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, que se realizará em Copenhague em 1995.

Os países Latino-Americanos se caracterizam por amplas desigualdades em termos de distribuição da riqueza e da receita, que se aprofundaram na década passada. Ademais, a pobreza se estendeu em nossa região, estimando-se que na atualidade a metade da população latino-americana vive em condições de pobreza e cerca de um terço em situação de extrema pobreza.

### 2. Agenda para o Desenvolvimento

O desenvolvimento consiste primordialmente na incorporação da população nas atividades produtivas, o uso efetivo dos direitos humanos e o exercício da democracia. Enfocá-lo exclusivamente como um problema vinculado com a pobreza é reduzi-lo a um dos seus aspectos. Além disso, é óbvio que transcende à ação isolada das forças do mercado.

E necessário, também, ter presente que a estreita relação que existe entre o desenvolvimento social e as condições de competitividade internacional dos países.

Para alcançar o domínio tecnológico se requerem oportunidades gerais de acesso à educação e à capacitação, opções reais de ascensão social baseada na qualificação e nos méritos adquiridos, assim como mecanismos para a criação de emprego no contexto de economias em crescimento.

A promoção do bem-estar em todos seus aspectos requer definir e reforçar o papel do Estado e da mais ampla participação da sociedade civil, assim como estabelecer um ambiente internacional que contribua para a solução integral dos problemas do desenvolvimento.

As políticas redistributivas e as políticas sociais em geral deveriam ser um componente integral da

estratégia de desenvolvimento, harmonizadas dentro de um enfoque integrado com as políticas macroeconômicas.

As políticas dos organismos financeiros multilaterais deveriam contemplar a dimensão social na busca do equilíbrio das variáveis macroeconômicas, assim como também em seus programas de empréstimos. Isso também deveria traduzir-se em uma maior colaboração entre os organismos multilaterais de financiamento e as agências especializadas que atendem as diferentes esferas do campo social, tais como a UNESCO, UNICEF, OIT, PNUMA, etc.

O estabelecimento da governabilidade costuma ser o resultado principal de um desempenho econômico satisfatório, da promoção da equidade e da participação da cidadania. A cooperação internacional orientada à governabilidade deveria referir-se por conseguinte às condições que a façam viável.

### 3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

a) Os países latino-americanos deveriam apoiar sistematicamente as atividades preparatórias da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a celebrar-se em 1995, e nessa ocasião poderiam examinar uma série de aspectos vinculados a superação das carências sociais acumuladas na região, estruturando enfoques próprios e prioridades para o tratamento conceitual, institucional e financeiro do tema.

A Espanha e Portugal poderiam contribuir nessa tarefa oferecendo suas experiências em matéria de desenvolvimento social e seus pontos de vista sobre as medidas de cooperação internacional que poderiam ser adotadas como resultado da Cúpula.

b) Os organismos regionais tais como a CEPAL e o SELA, e as agências internacionais deveriam contribuir na preparação da América Latina e do Caribe para essa Cúpula Mundial através da elaboração de estudos, da formulação de propostas específicas de cooperação regional e internacional, na troca de experiências e no exame das opções alternativas destinadas a melhorar a vinculação das políticas econômicas e da equidade social. As Reuniões Interagenciais Informais sobre Políticas Sociais Integradas e Ajustes Econômicos constituem um valioso mecanismo para esse fim, que deveria projetar-se de forma orgânica para o futuro.

c) Seria conveniente desenvolver, ademais, ações que transcendam a vinculação exclusiva com os governos, ampliando-as ao estabelecimento de atividades com outros setores da sociedade, principalmente com o setor empresarial, com os parlamentos, com as organizações não governamentais e com as universidades.

d) Em virtude de que a pobreza, geralmente, se concentra de maneira mais intensa nas chamadas zonas economicamente deprimidas, e a Comunidade Européia tem uma ampla experiência na condução de programas de desenvolvimento para tais regiões, os países participantes na Conferência poderão apoiar a execução de um projeto entre a Comissão da CE e a Secretaria Permanente do SELA, com esse propósito.

e) O Programa "Convergência" de Cooperação Técnica entre os países da América Latina e do Caribe para o Desenvolvimento Tecnológico na Saúde, que é o motivo de um documento específico apresentado na III Reunião Cúpula Ibero-Americana pela OPS/OMS, o SELA e o PNUD constitui um instrumento de excepcional importância para que os setores privados, e de investigação dos países

participantes na Conferência, realizem um amplo esforço de cooperação em uma área de tanta significação social.

## D. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

### 1. Considerações Gerais

Nos últimos 20 anos foram experimentadas mudanças profundas na dinâmica demográfica e se aprofundaram os debates sobre as relações entre crescimento demográfico e crescimento econômico, assim como sobre os vínculos existentes entre as políticas de desenvolvimento social e os requisitos da transformação produtiva, que propunham os programas de ajuste estrutural e que vêm sendo aplicado pelos países de nossa região.

Isto foi amplamente discutido na recente Conferência Regional Latino-Americana e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, celebrada no México, D. F., de 29 de abril a 4 de maio de 1993, em preparação da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, que se efetuará no Cairo, em setembro de 1994.

### 2. Agenda para o Desenvolvimento e Cooperação Ibero-Americana

Cabe destacar a importância de que, tanto no plano nacional quanto no da cooperação internacional, sejam adotadas as medidas necessárias para que a evolução das variáveis demográficas, em seus três vetores clássicos: fecundidade, mortalidade e migração, estejam em consonância com o processo de desenvolvimento, tanto nos seus aspectos produtivos quanto nos de equidade e sustentabilidade,

e que essa evolução permita o exercício livre dos direitos individuais. Um deles, por exemplo, que afeta os setores sociais mais pobres, é o direito de decidir livremente sobre sua conduta reprodutiva -princípio consagrado no âmbito das Nações Unidas-, mas que grande parte da população não pode fazer efetivo por falta de informação e de meios materiais, pelo que a inequidade de origem socio-econômica pode estender-se ao que se poderia denominar "inequidade demográfica".

Igualmente, é preciso que a política de população esteja contida na política global de desenvolvimento e, especialmente nas políticas sociais. Para isso, é necessário que, a nível nacional, se estabeleçam esquemas institucionais que identifiquem com clareza os responsáveis de criar a política e avaliar seus resultados, e aproveitar, também, a capacidade dos organismos estatais, entidades não governamentais e as organizações comunitárias para executar programas concretos de ação.

O tema da migração externa constitui um campo importante para a cooperação internacional, a fim de dar maior clareza aos direitos da população migrante e minimizar os problemas que acarreta esse fenômeno. Este é um aspecto especialmente sensível nas relações ibero-americanas que mereceria uma atenção preferencial e a adoção de medidas que reforcem os vínculos humanos entre a comunidade ibero-americana.

Deverá, igualmente, fortalecer a cooperação técnica internacional para os nossos países já que o fato de que alguns indicadores globais, como a taxa média de crescimento demográfico, tenham variado notoriamente, não deve ser interpretado como se nossos problemas de população terão menos importância e complexidade que no passado.

Tal como o indica a CEPAL, a cooperação internacional continuará sendo fundamental para nossa região, tanto nos aspectos que diretamente interessam à população, como nos complexos vínculos entre população, desenvolvimento e meio ambiente, dentro de um âmbito de progresso democrático.

## E. TECNOLOGIA E COMPETITIVIDADE:

### 1. Considerações Gerais

Um novo enfoque do desenvolvimento industrial, no contexto das economias abertas, deve ser a força motriz de uma ampla mudança nas estruturas econômicas capaz de transformar o aparelho produtivo, com vistas a permitir uma crescente satisfação das necessidades essenciais e facilitar ao mesmo tempo uma participação eficiente na divisão internacional do trabalho e no acesso ao conhecimento.

Nesse âmbito, é preciso reconhecer a importância da tecnologia dentro dos fatores que determinam as vantagens competitivas. Torna-se conveniente, portanto, tratar o tema científico-tecnológico em forma conjunta com outros aspectos que determinam o processo contemporâneo de acumulação de capital e de desenvolvimento.

A experiência internacional comprova que as políticas tecnológicas formam parte da estratégia nacional de desenvolvimento.

Apesar da importância e da urgência de alcançar níveis adequados de capacidade tecnológica no setor produtivo, deve ser destacado que a investigação científica e o avanço da ciência, constituem um

requisito básico para o progresso integral das sociedades, devendo ser consideradas em sua vinculação com os programas de educação escolar e universitária.

### 2. Agenda para o Desenvolvimento

a) A cooperação internacional deve contribuir para promover a capacidade de domínio tecnológico em seus diferentes componentes e aspectos, incluindo a capacitação de recursos humanos e a criação de novas formas de articulação e destinação de tarefas entre o Estado e os diversos setores da sociedade civil.

b) Neste sentido, a cooperação internacional deveria considerar medidas que permitam elevar substancialmente o gasto público e privado destinado à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico por parte dos países em desenvolvimento. (Deve ser observado que o gasto para esses fins nos países industrializados se aproxima de 3% do PIB, em quanto que não chega nem sequer a 1% na América Latina).

Para tanto, é necessário que os países industrializados e os organismos multilaterais proporcionem cooperação técnica e financeira que complemente o necessário esforço a nível nacional.

c) Os países em desenvolvimento, por outro lado, teriam que revisar suas estruturas institucionais referidas à ciência e à tecnologia, a fim de melhorar sua capacidade de adquirir e desenvolver tecnologia. Isto inclui a instrumentação de políticas que propiciem um papel mais ativo do setor privado nesta matéria.

Cabe mencionar neste contexto a importância de estabelecer políticas e mecanismos que favoreçam o

desenvolvimento e a aquisição de tecnologia no setor da pequena e média empresa.

d) os temas vinculados com a ciência e a tecnologia estão sendo realocizados dentro do quadro institucional do Sistema das Nações Unidas.

Além dos aspectos formais dessa reestruturação, o que importa é que não se introduza um enfoque muito limitante da cooperação internacional, circunscrito a aspectos importantes mas não exclusivos, tais como a conexão da tecnologia com os investimentos estrangeiros diretos, por um lado; a vinculação da tecnologia com o meio ambiente, por outro; e a diminuição em importância dos aspectos referidos à ciência, por último.

Seria necessário, também, ter cautela para que não sejam estabelecidas condicionalidades que nos fatos impliquem a configuração de monopólios, a favor de alguns países ou empresas ou barreiras insuperáveis de acesso para os países em desenvolvimento.

Neste sentido, é necessário fortalecer a ação da ONUDI neste campo, com vistas a que proporcione novos mecanismos de cooperação que facilitem o acesso dos países em desenvolvimento à informação sobre tecnologias disponíveis.

Com essas finalidades, também deveriam estar orientadas as atividades do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre as Relações entre o investimento e a Transferência de Tecnologia criado no âmbito da UNCTAD.

e) Para o desenvolvimento da competitividade se requer um grande esforço em matéria de formação, capacitação e readaptação de recursos humanos a todo nível, para o qual seria conveniente estabelecer

um programa internacional de cooperação no qual participem governos, organismos especializados e diversas fontes privadas que estejam em condições de proporcionar recursos financeiros e técnicos.

f) Os temas da tecnologia devem ser examinados em um contexto amplo. Neste sentido, é preciso considerar também a transformação tecnológica no setor dos serviços.

Neste campo é particularmente relevante que a cooperação internacional propicie a mobilização de capacidades nos países em desenvolvimento para o domínio das tecnologias informáticas.

g) A transferência de tecnologia está estreitamente vinculada com as normas que regulamentam a propriedade intelectual.

A reforma da legislação nacional e internacional sobre propriedade intelectual deveria propiciar a aprendizagem tecnológica através do acesso à documentação de patentes, do estabelecimento de redes de informação tecnológicas, etc, assim como também na preservação e na proteção da biodiversidade.

h) Na medida em que as normas técnicas podem adquirir a natureza de obstáculos ao comércio, faz-se necessário um esforço de assistência técnica e financeira para que os países em desenvolvimento adquiram a capacidade de aplicar as tecnologias adequadas em matéria de processos e produtos.

i) Os recursos para a cooperação técnica internacional devem ser destinados em atenção às diversas capacidades dos países em desenvolvimento para aproveitá-los e não em função de critérios de ajuda humanitária que possuem outros canais dentro do

sistema de cooperação internacional. Este tema deveria ser incluído nas discussões sobre o próximo ciclo de programação do PNUD.

j) Além do necessário avanço tecnológico, as possibilidades dos países em desenvolvimento de elevar sua competitividade internacional estão em estreita relação com os temas do acesso efetivo aos mercados, à existência de um sistema multilateral aberto de comércio, etc.

### 3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

a) Nos países participantes na Conferência, o objetivo das políticas tecnológicas, estreitamente articuladas com as políticas industriais, deveria constituir na promoção de capacidades e aptidões próprias, que permitam o aproveitamento e o domínio dessas novas forças produtivas em benefício da nova capacidade competitiva internacional de suas economias.

b) No referente à incorporação de progresso técnico ao aparelho produtivo, os países ibero-americanos estão desenvolvendo iniciativas próprias, como é o caso do Programa Bolívar, o CYTED, o Mercado Comum do Conhecimento e outras similares a nível regional, que convém fortalecer e complementar.

c) Ademais, em matéria de Propriedade Intelectual vem se desenvolvendo uma positiva colaboração entre o Foro Regional Latino-Americano sobre a matéria e o Centro Ibero-Americano de Documentação de Patentes, particularmente com vistas a desenvolver capacidades nas secretarias nacionais de registro para aproveitar a informação contida nos documentos de patentes.

d) Similar cooperação seria conveniente impulsionar entre o Foro Regional da América Latina e do Caribe

sobre Política Industrial, criado pelos Ministros da Indústria da região em 1991 e próximo a ser convocado, com as instituições similares da Espanha e de Portugal, a fim de contribuir no seu objetivo de converter-se em um instrumento articulador das políticas industriais e tecnológicas e dos setores público e privado, em função da transformação do aparelho produtivo, do apoio à integração regional e à conquista da competitividade internacional.

A capacitação de recursos humanos tem um significativo impacto social e é de primordial importância para alcançar o domínio tecnológico. É, portanto, uma área susceptível como vêm sendo tradicionalmente a educação e a cultura, de um grande esforço ibero-americano.

Em razão da experiência da Espanha e de Portugal, um programa ibero-americano para a capacitação da pequena e média empresa latino-americana em determinados setores e ramos da produção, significaria uma contribuição de enorme transcendência para a América Latina.

## F. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

### 1. Considerações Gerais

A celebração da Cúpula das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), constituiu uma clara demonstração da inquietação internacional não apenas em torno ao impacto das atividades dos seres humanos sobre a biosfera, mas também em relação às condições sociais e econômicas que nutrem a degradação do meio ambiente e que ao mesmo tempo se vêm agudizadas pela mesma.

Seu objetivo consistia em traduzir estas inquietações em um plano de ação que permitisse iniciar a transição para um desenvolvimento sustentável. O plano em questão implicaria em um novo paradigma de desenvolvimento que incorpore uma nova relação entre os seres humanos e a natureza. Também deveria complementar um novo tipo de relação entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento: uma associação mundial baseada em interesses comuns, necessidades mútuas e compartilhadas embora com responsabilidades diferentes.

O projeto para a elaboração deste plano de ação se encontra no Programa 21 adotado pela Cúpula. O programa está dirigido aos governos, organizações e programas das Nações Unidas, organizações intergovernamentais e não governamentais, grupos de cidadãos e público em geral. O Programa 21 é um plano multidisciplinário e multisetorial que define as ações concretas que se requerem para fazer as transições para o desenvolvimento sustentável. Os diversos subprogramas deste plano estão agrupados em torno a uma série de temas, cada um dos quais representa uma importante dimensão da estratégia global para uma transição do mundo para o desenvolvimento sustentável.

A partir do reconhecimento de que os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável, a Declaração do Rio adotada pela Cúpula da CNUMAD, estabelece os princípios básicos que devem reger a conduta das nações e dos povos entre si e frente o planeta, com o propósito de ganhar, para todos, um futuro seguro e sustentável.

As Convenções sobre as Mudanças Climáticas e sobre a Biodiversidade, outro resultado da Cúpula do

Rio, representam os primeiros passos de grande significação que deram a comunidade internacional para enfrentar duas das maiores ameaças à sobrevivência do planeta. Porém, mais importantes ainda, serão as ações concretas que esses acordos gerem, entre as outras a adoção de protocolos que contenham medidas especiais requeridas para torná-los plenamente operativos, além do financiamento necessário para levar adiante tais medidas.

## 2. Agenda para o Desenvolvimento

A Cúpula em si representa apenas o início de um processo. A CNUMAD não será capaz de satisfazer as necessidades que tomaram necessária sua convocação se suas decisões não desatem um processo de mudança significativa. Os resultados práticos do Rio dependerão dos tipos de ações que os governos, tanto individual como de forma coletiva, adotem durante o período posterior à reunião, tanto em relação ao compromisso e à rapidez com que os países traduzam as decisões da Cúpula em políticas nacionais, como na vontade política que demonstrem para cumprir os objetivos traçados na reunião. Os países participantes na III Conferência Ibero-Americana deveriam, pois, esforçar-se para conseguir que se mantenha o ritmo das atividades iniciadas no Rio e evitar que os velhos costumes simplesmente continuem.

A continuidade da Cúpula do Rio deve realizar-se a nível tanto governamental quanto intergovernamental. O sistema de cooperação internacional que o Programa 21 pretende estimular e que por sua vez requer, para assegurar sua permanência e vigência, passa pela criação de um âmbito idôneo de acordos institucionais que possam servir de apoio a esta iniciativa. Em seu XLVII Período de Sessões, a

Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma série de recomendações elaboradas pela Cúpula neste sentido. Destacam-se, particularmente, as relativas ao estabelecimento de uma Comissão de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, a qual está dotada de funções, entre outras, de examinar os progressos que se realizem no cumprimento dos compromissos anunciados no Programa 21, estimular o diálogo no âmbito das Nações Unidas com organizações não governamentais e entidades independentes, e examinar a informação relativa aos progressos realizados na aplicação das convenções ambientais.

### 3. Iniciativas de cooperação ibero-americana

Os países ibero-americanos membros da Comissão, conscientes da responsabilidade histórica de manter as esperanças e as aspirações às quais o processo da CNUMAD deu início e da importância de estabelecer os meios e os mecanismos requeridos para dar cumprimento às decisões da reunião, devem contribuir com sua participação ativa no trabalho da Comissão, para ajudar a fortalecer o compromisso da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentado e assegurar que seja manifestada a vontade política para manter vivo o processo que se iniciou no Rio.

Os efeitos da degradação do meio ambiente e os imperativos do desenvolvimento sustentável, geram uma agenda comum para os membros da comunidade ibero-americana, instituída em base a interesses comuns. Fora do âmbito da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentado, e em seu respaldo, os países ibero-americanos estão comprometidos a trabalhar juntos no cumprimento desta agenda. Este

esforço comum pode servir de exemplo do tipo de cooperação que pode ser instituído entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento, como também entre as diversas regiões. E neste contexto que se poderia constituir um Mecanismo de Consulta sobre Desenvolvimento Sustentável, conformado pela totalidade ou por um número determinado de países ibero-americanos. Este mecanismo poderia se reunir a cada três meses, e considerando os resultados de iniciativas pertinentes em outros foros, executaria as seguintes atividades:

- i) Identificar e trocar opiniões sobre aqueles fatores que, de acordo com a experiência dos países participantes na Conferência Ibero-Americana, atuam contra o desenvolvimento sustentável;
- ii) Baseado na diferenciação de responsabilidades e capacidades estabelecida pela CNUMAD 92, identificar áreas de cooperação prática na promoção da meta do desenvolvimento sustentável; e
- iii) Intercambiar opiniões em torno do trabalho da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de determinar as contribuições que poderiam efetuar nossos países para o melhor desenvolvimento de suas atividades.

## NOTAS

1. Ver parágrafo 9, da Declaração de Gualajara.
2. Ver parágrafo 21, da Declaração de Gualajara.
3. Ver parágrafo 6, do Documento de Conclusões, da Segunda Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
4. Os respectivos projetos entraram em 28 de abril na Câmara e em 20 de maio no Senado dos Estados Unidos.
5. Ver Declaração Ministerial da Rodada Uruguaí, GATT/1396, de 25 de setembro de 1986.
6. Ver documento de Conclusões, II Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Seção: Economia, Integração e Cooperação, parágrafo 15.
7. Documento "Relatório de Progresso sobre a Execução das Propostas da Secretaria Permanente do SELA, adotadas pela II Conferência Ibero-Americana" apresentado a esta III Conferência contém como Anexo as propostas feitas pelo SELA ao Comitê de Desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial em maio de 1993.